

## DÍVIDA EXTERNA

# Reunião do Fundo definirá apoio ao País

PAULO SOTERO  
Correspondente

WASHINGTON — Os membros da equipe econômica têm dado repetidos sinais de que não existe pressa em negociar com os bancos credores. Ironicamente, as inesperadas dificuldades surgidas na fase final das negociações do acordo com o Fundo Monetário Internacional, na semana passada, podem ter colocado o governo numa corrida contra o relógio para garantir o apoio dos credores oficiais à sua estratégia de renegociação da dívida externa.

A reunião anual do FMI e do Banco Mundial, em Washington, dentro de três semanas, oferece o cenário ideal para a manifestação desse apoio. O evento, que congrega as autoridades econômicas e os grandes banqueiros de todo o mundo, deveria marcar o começo da reintegração do País à comunidade financeira internacional. Nela, uma manifestação entusiasmada de apoio ao programa econômico brasileiro por parte do diretor-gerente do FMI, Michael Camdessus, anteciparia o suporte dos países industrializados — que mandam no Fundo — ao Brasil e reforçaria tremendamente o cacife das autoridades econômicas para sentar-se à mesa de negociações com bancos e impor o ritmo da conversa. Obviamente, isso poderá ainda acontecer, se a dificuldade que impediram o acordo com o Fundo, na semana passada, forem superadas a tempo.

Na última sexta-feira, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, disse, no entanto, que não espera a conclusão dos entendimentos com o Fundo “antes de outubro”. A afirmação sugere que Zélia e sua equipe pretendem usar a reunião anual do FMI para tentar resolver politicamente, com Camdessus e os representantes dos países ricos, os problemas pendentes. Ao fazê-lo, a ministra estará também abrindo o flanco aos bancos credores, que se preparam para aumentar

fortemente a pressão sobre o Fundo, exigindo o condicionamento da aprovação de qualquer programa econômico a um compromisso claro do Brasil em relação aos pagamentos de juros em atraso e a vencer. Um executivo do comitê de bancos disse ao **Estado** que isso já começou a acontecer. Bancos estão sendo mobilizados a trabalharem junto a seus respectivos governos para barrarem qualquer acordo com o Brasil que não contenha um cronograma de pagamento de juros. “Mulford disse a Zélia que o Grupo dos Sete (as principais potências capitalistas) não apóia a política do Brasil de protelar as negociações com os bancos”, afirmou o banqueiro, referindo-se à recente visita ao Brasil, do subsecretário do Tesouro americano, David Mulford. “Como aconteceu com a Argentina, o Fundo não fechará o acordo se o Brasil não apresentar uma programação de pagamento de juros.”

A relutância até agora demonstrada pelo governo de entabular negociações com os bancos é projetar a capacidade de pagamentos externos do País em 1991 deixa pouca escolha a Camdessus. Segundo diretrizes que o FMI aprovou, em maio do ano passado, para tornar mais eficaz o apoio da instituição a países, o Fundo está autorizado a tolerar a acumulação de atrasos de pagamentos de países-membros. Mas isso só é verdade para países já engajados em negociações com os bancos. A norma estabelece que “o FMI pode aprovar um acordo antes da conclusão de um pacote financeiro entre o país-membro e os bancos credores se o apoio imediato do Fundo for essencial para implementação do programa, se as negociações com os bancos já começaram e um pacote financeiro apropriado for esperado dentro de um período razoável de tempo”.

Embora o governo já tenha marcado um primeiro encontro com o comitê de bancos em outubro, não está claro se essa reunião representará o início efetivo das negociações. Funcionários da área econômica indicam que não e insistem que o Brasil não tem pressa de acertar as contas com os bancos.